

“Aqui a conversa é profissional, [...] Eu sou a pintora!”: resistência no canteiro de obra

“This conversation is professional, [...] I am a painter!”: resistance at a construction site

“Aquí la charla es profesional, [...] Soy el pintor”: la resistencia en el sitio de construcción

Maria Celeste Landerdahl^a
 Laura Ferreira Cortes^b
 Stela Maris de Mello Padoin^a
 Wilza Vieira Villela^c



DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2015.esp.56774>

RESUMO

Objetivo: Conhecer as relações de trabalho de mulheres com seus colegas homens em um canteiro de obras da construção civil no município de Santa Maria, RS.

Método: Pesquisa exploratória, abordagem qualitativa com uma trabalhadora da construção civil, em agosto de 2012. História oral temática como dispositivo para produção de dados. Análise do Discurso de tradição francesa como dispositivo de análise.

Resultados: Relação laboral impregnada de posturas de resistência, com enfrentamentos importantes com o poder de ordem masculina, apontando para deslocamentos e permanências no ensaio para novas posturas de gênero.

Conclusões: A conquista de espaços no trabalho remunerado não basta para o alcance do equilíbrio nas relações de gênero; políticas públicas de gênero contribuem, sensibilizando para transformações no campo cultural mediante a compreensão de que a igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres constitui uma condição básica para o alcance da justiça, da cidadania e do desenvolvimento.

Palavras-chave: Enfermagem. Trabalho feminino. Identidade de gênero. Poder (psicologia). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

ABSTRACT

Objective: to be familiar with the work relationships between females and their male colleagues at a construction site in the municipality of Santa Maria, RS.

Method: Exploratory research, qualitative approach with a female worker of a construction site in August 2012. Oral history as a device for data production. Analysis of French tradition speech as an analytical device.

Results: Work relationship with stances of resistance, with major fights against power of male order, pointing to shifts and continuities in the test for new gender behaviors.

Conclusions: The conquest of spaces in paid work is not enough to achieve balance in gender relations; public policies on gender sensitizing contribute to changes in the cultural field by understanding that equal rights and opportunities between men and women are a basic condition for achieving justice, citizenship and development.

Keywords: Nursing. Female work. Gender identity. Power (psychology). Millennium Development Goals.

RESUMEN

Objetivo: conocer las relaciones de trabajo de las mujeres con sus colegas masculinos en el sitio de construcción de la obra en construcción en el municipio de Santa María, RS.

Método: investigación exploratoria, enfoque cualitativo con un trabajador de la construcción, en agosto de 2012. Historia oral como un dispositivo para la producción de datos temáticos. Análisis del discurso de tradición francesa como dispositivo de análisis.

Resultados: Relación laboral impregnada con resistencia posturas, con grandes enfrentamientos de orden masculino, apuntando a desplazamientos y permanece en la prueba para nuevas posiciones.

Conclusiones: La conquista de espacios en el trabajo remunerado no es suficiente para lograr el equilibrio en las relaciones de género; políticas de género contribuyen a la sensibilización de transformaciones en el ámbito cultural por entender que la igualdad de derechos y oportunidades entre hombres y mujeres es una condición básica para el logro de la justicia.

Palabras clave: Enfermería. Trabajo de mujeres. Identidad de género. Poder (psicología). Objetivos de Desarrollo del Milenio.

^a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de Enfermagem. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

^b Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

^c Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Escola Paulista de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva. São Paulo, São Paulo, Brasil.

■ INTRODUÇÃO

A Declaração do Milênio das Nações Unidas, assinada por 147 Chefes de Estado e de Governo no ano de 2000, reflete a preocupação e a vontade de efetivar ações para superação de problemas que afetam a população mundial e interferem no seu desenvolvimento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), alinhados a princípios e valores da Declaração dos Direitos Humanos (DDH), pretendem promover o desenvolvimento das sociedades, com expectativas de alcance da paz e da segurança, erradicando a pobreza e o desarmamento, bem como, imprimindo estratégias de proteção a vulneráveis⁽¹⁾. Esse documento elenca oito prioridades a serem focadas até o ano de 2015, dentre eles, o terceiro objetivo aponta para a promoção da igualdade entre os sexos e a promoção da autonomia das mulheres como instrumentos para o alcance do desenvolvimento⁽²⁾. Esse terceiro objetivo permeia o estudo ora apresentado, dando visibilidade e trazendo para o debate a centralidade da igualdade de gênero como fator potencial para o desenvolvimento das sociedades na medida em que relações de gênero podem ser entendidas como relações sociais entre mulheres e homens, as quais têm um caráter histórico e cultural que marca e delimita o corpo de cada sujeito e seu campo de atuação⁽³⁾.

O Relatório Mundial sobre Gênero e Desenvolvimento⁽⁴⁾ aponta alguns avanços importantes na paridade de gênero, sobretudo na educação. Como consequência, as mulheres passaram a ter maior inserção no mundo do trabalho, possibilitando maior contribuição na renda da família e ampliando suas expectativas sociais futuras⁽⁵⁾. Apesar dessa incorporação no mercado de trabalho ser um fenômeno mais marcado entre as mulheres das classes média e alta, posto que as mulheres pobres sempre trabalharam, tem sido observado, também nessa camada social, um aumento no trabalho remunerado profissionalizado. Essa dinâmica pode ser decorrente de iniciativas no campo de políticas públicas dirigidas às mulheres pobres e com menor escolaridade. Tais iniciativas políticas têm o objetivo de possibilitar o alcance de autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho para mulheres que não são preparadas para áreas nas quais são exigidos níveis mais altos de escolaridade⁽⁶⁾.

Nesta esteira, a qualificação de mulheres para o trabalho na construção civil aparece como uma das estratégias de inserção que são apontadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM⁽⁶⁾, em seu eixo I – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social e Cidadania, para mulheres pobres e que

ainda mantém baixo nível de escolaridade. Acredita-se que a possibilidade de as mulheres promoverem e gerirem seu sustento implique positivamente em seus projetos futuros, contribuindo para o alcance de cidadania, bem como para o desenvolvimento do país.

Oportunidades como essa, no entanto, parecem não superar, por si só as desvantagens das mulheres nos contextos em que vivem, trabalham e se relacionam. Aos moldes do acesso paritário ao ensino, pode não ser suficiente para o equilíbrio nas relações entre os gêneros⁽⁴⁾. Persistem mecanismos culturais discriminatórios baseados na concepção de que certos atributos tidos como femininos tornam as mulheres incapazes ao exercício de determinadas tarefas, desqualificando mulheres e negando outros espaços onde elas podem exercitar suas habilidades, como é o caso da sua inserção em trabalhos culturalmente e estatisticamente aceitos como de homens.

O presente estudo traz para os debates da área da saúde, em especial da enfermagem, questões relacionadas a determinantes sociais que afetam a vida e a saúde das mulheres e da sociedade, como forma de contribuir em reflexões que possibilitem deslocamentos possíveis, mesmo que no longo prazo, em direção ao terceiro objetivo do milênio. Acredita-se, também, contribuir para reflexões consonantes às recomendações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), a qual reconhece que a saúde das mulheres é, em parte, determinada por desequilíbrio nas relações de gênero.

Reflexões desta natureza devem fazer parte do trabalho da enfermagem, pautado pelo compromisso na redução de desigualdades sociais que impactam a saúde de modo injusto e evitável. É essencial que no trabalho com as mulheres os profissionais de enfermagem sejam capazes de transcender a oferta de procedimentos biomédicos orientados, assumindo, também, a responsabilidade política e ética de contribuir para a superação das desigualdades de gênero, contribuindo, desta forma, para seu engajamento e compromisso com os ODM.

O artigo apresenta a questão das resistências de mulheres às diversas formas de reprodução de desigualdades que emergem nas suas relações com os colegas no dia a dia do trabalho. Tem seu lastro apoiado em pesquisa de doutorado⁽⁷⁾ defendida na Escola Paulista de Enfermagem, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 2014. Questão norteadora: como se estabelecem as relações entre homens e mulheres no canteiro de obras da construção civil em Santa Maria, RS? Objetivo: conhecer as relações de trabalho de mulheres com seus colegas homens no canteiro de obra do trabalho na construção civil no município de Santa Maria, RS.

■ MÉTODO

Estudo exploratório de natureza qualitativa no qual utilizou-se a História Oral Temática como dispositivo para a produção dos dados⁽⁸⁾. Nesta abordagem considera-se que as histórias singulares dos sujeitos refletem processos histórico-culturais que lhes são contemporâneos, bem como as remanescências de processos anteriores. O cenário do estudo foi o local onde havia mulheres trabalhando na construção civil, em um município do interior do Rio Grande do Sul. Optou-se por utilizar, neste artigo a história de apenas uma das participantes, dentre as oito entrevistadas, na medida em que a análise aprofundada da sua história permite observar os entrelaçamentos entre rupturas e permanências nas relações das mulheres consigo mesmas e com o mundo a partir da implementação de políticas voltadas para a igualdade de gênero. A entrevista, com duração de quase duas horas, gravada e transcrita posteriormente, partiu das seguintes questões norteadoras: “como é, para você, trabalhar na construção civil? Como é seu processo de trabalho e a relação com demais colegas?”.

O contato com a informante se deu por indicação de uma participante de um projeto de extensão desenvolvido por uma universidade federal do sul do país, com objetivo de qualificar mulheres para o trabalho na construção civil. O agendamento da entrevista foi feito por telefone.

A participante foi identificada com o nome de Maria, acrescido do nome de um instrumento de trabalho utilizado na construção civil. A produção de dados foi realizada em agosto de 2012.

A Análise do Discurso (AD) de tradição francesa serviu como referencial teórico-metodológico do estudo. Esse construto aborda a determinação histórica dos processos de significação, permitindo compreender aspectos da dinâmica social por meio da interpretação de crenças, ideologias e consensos sociais subjacentes a cada produção discursiva⁽⁹⁾. A AD entende o sujeito como aquele que é atravessado pela ideologia e pela história por meio da linguagem. A palavra passa a ser o veículo vivo repleto de significados e simbolismos capazes de ocasionar permanências ou estagnações, assim como deslocamentos ou movimentos, e rupturas com o instituído. Nesse foco, o discurso passa a ser um objeto sócio-histórico que utiliza a língua como pressuposto; esta, por sua vez, ao cristalizar a fala em processos discursivos, age provocando sentidos que afetam interlocutores inscritos no tecido social, servindo como elemento para reflexão crítica sobre os significados daquilo que é verbalizado ou mesmo do que não é verbalizado⁽⁹⁾. Com isso, é possível fazer análise para além das frases, abrindo passagem para a inserção do ser hu-

mano e da linguagem à sua exterioridade no tempo e no espaço vivido. Com essa compreensão, não interessa tanto o que o sujeito diz, mas o significado que aquele texto adquire na interação entre sujeitos⁽⁹⁾.

Os dispositivos da AD foram trabalhados no estudo a partir de relações entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles em que sempre existe alguma coisa que se mantém, que está na memória, que se repete ao longo do tempo e do espaço. A polissemia, em contrapartida, está lado a lado com a mudança, com o movimento, possibilitando transformações dos sentidos, das mentes das pessoas e dos contextos sociais e culturais⁽⁹⁾. Pode-se inferir que discursos dominantes são alimentados por processos parafrásticos que, de certa forma, os fortalecem por meio da institucionalização de normas, leis, políticas. Por outro lado, os discursos contra-hegemônicos, alternativos, assegurados pelos processos polissêmicos, tentam romper com esse estabelecido, em busca de transformações. Os processos discursivos polissêmicos estão, assim, empenhados com o novo, com os deslocamentos, com o movimento, com as rupturas.

A materialidade linguística da entrevista foi expressada com a utilização de recursos ortográficos, tais como /: pausa reflexiva; //: ênfase no enunciado como entusiasmo, alegria, orgulho, brilho nos olhos; ///: Indignação, impotência, raiva; ////: demonstração de tristeza; ...: pensamento incompleto; “aspas” – frases ou títulos que não são de autoria da pessoa que está falando ou frases que foram ditas pela pessoa em outro momento e que estão sendo reproduzidas por ela na entrevista; (...): nome de pessoa ou instituição a ser mantida no anonimato; [...]: fragmento suprimido; { } : complementação com expressão que não foi mencionada mas está subentendida.

A sistematização dos dados consistiu na elaboração de um quadro sinóptico no qual constaram enunciados da participante, a categoria analítica, e o eixo empírico de análise determinado por processos discursivos parafrásticos e processos discursivos polissêmicos. Essa foi uma forma de organização das informações, sendo fundamental para sua melhor visualização, encaminhando, de forma objetiva, para a etapa final da análise. Abaixo apresenta-se um recorte do quadro elaborado para a sistematização dos dados.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/EPM, universidade na qual foi realizada a pesquisa de doutorado que deu origem ao presente artigo, sob o protocolo de número 03321812.6.0000.5505, data de junho de 2012. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, assim como o Termo de Confidencialidade, foram elaborados em consonância com a Resolução

Quadro 1 – Recorte do quadro sinóptico elaborado com enunciados e processos discursivos relacionados à categoria analítica do estudo e ao eixo de análise empírico originado

Participante	Enunciados	Categorias analíticas	Processo discursivo	Eixos ou categorias empíricas de análise
Maria do Prumo	[...] No começo eles {os colegas homens} nos odiaram, queriam bronca com nós o tempo todo, boicotavam nosso serviço, trancavam o caminho para nós passar com tinta, faziam horrores. E um dia eu disse: ‘Olha fulano: não vai adiantar tu ficar no nosso caminho, nós vamos desviar, mas vamos fazer nosso serviço.’	Gênero (com elementos relacionados às categorias trabalho e políticas públicas)	Processo discursivo polissêmico com atravessamento de processo discursivo parafrástico)	Resistência no canteiro de obra: entre deslocamentos e permanências no ensaio para novas posturas de gênero

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

196/96⁽¹⁰⁾, do Conselho Nacional de Saúde. O TCLE foi apresentado em duas vias, ficando uma cópia para a pesquisadora e outra para a entrevistada.

■ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se inicialmente o perfil da participante da pesquisa. Após é apresentado o eixo de análise originado dos dados produzidos, qual seja: Resistência no canteiro de obra: entre deslocamentos e permanências no ensaio para novas posturas de gênero.

Quem é Maria do Prumo?

Nasceu em um município do interior do Rio Grande do Sul em 1967, é branca, estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Faz parte de uma família onde havia cinco filhos/as. Pai falecido; era trabalhador da construção civil; sua mãe, quando jovem, além das tarefas de casa e cuidados com os filhos ajudava o marido no serviço de limpeza nas construções que o mesmo fazia. Maria do Prumo gostava de acompanhar o pai no trabalho grosseiro da construção civil, carregando tijolos e mexendo cimento, porém, as tarefas domésticas eram cobradas pela mãe como forma de preparar a filha para ser uma boa dona de casa. As brincadeiras que mais a atraíam eram jogar futebol, andar de rolimã, dentre outros considerados culturalmente masculinos. O pai sempre estimulava que deveriam enfrentar a vida e se defender. Tem um filho adulto e casado. Divorciada, trabalhou como faxineira até se inserir no trabalho na construção civil como pintora predial há quatro anos. Trabalha de forma autônoma e considera que o atual trabalho lhe confere uma satisfatória autonomia econômica. Em uma

das empresas em que prestou seus serviços teve enfrentamentos importantes com seus colegas homens.

Resistência no canteiro de obra: entre deslocamentos e permanências no ensaio para novas posturas de gênero

No fragmento da narrativa de Maria do Prumo destacado neste artigo é possível perceber um comportamento de resistência na relação que estabelece com colegas, como instrumento que subsidia o trânsito para discursos que apontam para possibilidades futuras no qual posturas de gênero igualitárias se concretizem.

[...] No começo eles {os colegas homens} nos odiaram, queriam bronca com nós o tempo todo, boicotavam nosso serviço, trancavam o caminho para nós passar com tinta, faziam horrores. E um dia eu disse: “Olha fulano: não vai adiantar tu ficar no nosso caminho, nós vamos desviar, mas vamos fazer nosso serviço. [...] ou tu anda junto com a gente ou tu fica pra trás, aí ele vai te humilhar {o dono do estabelecimento}, dizer que tu é pior que mulher”. Eles começaram a baixar a crista, e começamos a entrar em acordo: “Nós não estamos aqui para brigar, nem para ser melhor que vocês, estamos aqui para trabalhar com vocês. Se nos trancarem, vocês não vão receber o dinheiro de vocês, e nós não vamos receber o nosso”. //: Aí as coisas começaram a andar. O mestre também boicotava nós, atrasava nosso trabalho. Um dia ele abriu um buraco e sujou toda a parede para nós limpar de novo para pintar, aí perguntei: /// “Isso é serviço de homem, de mestre de obra? O senhor olha nos meus olhos, aqui a conversa é profissional, o senhor é o mestre de obra e eu sou a pintora. O senhor tinha que ter feito seu serviço

para eu fazer o meu. Eu vou limpar, vou consertar o que o senhor fez desta vez, e outra vez se o senhor estragar o meu serviço eu vou levar para o chefe”. [...] Desde aquele dia ele respeitou a gente, como pintoras, avisava quando chegava nosso material[...]” (Maria do Prumo).

Maria do Prumo demonstra uma postura que vai, por vezes, além da resistência; é a subversão ao discurso que coloca as mulheres em posição submissa, sobretudo em espaços ditos de homens, deslocando o discurso para o novo, para o diferente, para a polissemia, rumo a transformações necessárias. Por outro lado, tencionando com esse diferente, apresenta-se um discurso que a coloca em descompasso com o primeiro. Ao lembrar a seu colega que ele pode ser humilhado pelo patrão ao dizer que seu serviço é pior que o “*de mulher*”, ela retorna ao lugar comum do já dito, da permanência no discurso que entende o trabalho de mulher como sem valor. E ela tem a exata dimensão de como esse comentário pode ofender e humilhar seu colega, posto que situa o trabalho dele no patamar do trabalho realizado por uma mulher, ou seja, considerado no nível de discurso parafrástico, como de menor valor.

Percebem-se as imagens de gênero na narrativa, definindo o lugar de um e de outro na vida cotidiana, tanto no espaço privado como no público. Ao mesmo tempo em que se vê em desvantagem, ela incorpora uma mulher que faz seu espaço para falar e defender seu trabalho, pois precisa ser forte para ser respeitada. Sentidos semelhantes foram revelados em pesquisa com trabalhadoras da área da mineração, que também é culturalmente ocupada por homens. Nessa pesquisa, as mulheres entendiam que para ser uma profissional respeitada seria necessário ter postura séria, forte, viril e formal, seguindo modelos masculinos⁽¹¹⁾.

Esse discurso se mostra quando Maria do Prumo enuncia: “*o senhor olha nos meus olhos, aqui a conversa é profissional, o senhor é o mestre de obra e eu sou a pintora*”. Na fala fica evidente um discurso que grita e que se impõe: “*o senhor me respeite! Porque eu também sou uma profissional!*”. Ela encontra em sua resistência uma tentativa de desacomodar que, mais que hierarquia, representa os lugares engessados de homens e de mulheres construídos por discursos hegemônicos.

A produção e a reprodução do gênero, como norma social e identitária para mulheres e homens, dá-se por meio da circulação de símbolos, padrões e práticas sociais que configuram os lugares e as possibilidades de ser, pensar e fazer distintas para cada sujeito. Os instrumentos utilizados para isso fazem parte do dia a dia e estão presentes no espaço social, definindo como devem ser os homens e as mulheres, bem como os lugares reservados para cada um na sociedade.

Essa construção cultural se dá mediante posturas internalizadas que são reproduzidas por meio de várias insígnias, tais como o vestuário, as normas de comportamento, os padrões de sentimentos e suas expressões e a constituição de projetos de vida. Assim, as expectativas das mulheres em relação à sua trajetória de vida são fortemente marcadas pela domesticidade, enquanto os homens são estimulados a competir, conquistar e vencer. Essa distinção de atribuições sustenta os pilares da divisão sexual do trabalho, pela qual aos homens são designadas atividades relacionadas à esfera produtiva e às mulheres atividades da esfera reprodutiva. À esfera produtiva pertencem as atividades que geram mercadoria, que têm valor de troca e que são, portanto, remuneradas. O trabalho reprodutivo, por sua vez, compreende o conjunto de atividades voltadas ao cuidado das pessoas e à manutenção da vida. Como não tem valor de mercadoria, não produz renda e é invisível, é um trabalho que não é considerado como tal, sendo entendido e exercido como uma aptidão natural das mulheres⁽¹²⁾. Embora a reprodução social dependa desse tipo de trabalho, a divisão sexual do trabalho faz com que os homens se apropriem das funções que têm maior valor social adicionado⁽¹³⁾, não havendo valor social agregado ao trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. No discurso de Maria do Prumo percebe-se nitidamente a marca dessa desigualdade, razão que subsidia sua indignação, revolta e resistência a esse tipo de conformação.

O contexto de desvalorização do trabalho das mulheres perpassa na postura de Maria do Prumo. Ela imprime um discurso no qual o poder do mestre de obra se mostra reforçando que a divisão sexual do trabalho é reproduzida tanto no espaço privado quanto no espaço público.

Esse contexto no qual o mundo do trabalho remunerado é regido pelas mesmas regras sociais do trabalho doméstico se torna desafiante para as mulheres. Na medida em que os discursos parafrásticos mostram sua hegemonia a favor da manutenção do culturalmente aceito, é necessária a oposição com um discurso polissêmico que luta por transformações. E muitas vezes esse novo se mistura com o já dito, como é possível observar na narrativa de Maria do Prumo. Ao mesmo tempo em que ensaia deslocamentos no campo das desigualdades de gênero ao enfrentar o mestre de obra, Maria do Prumo se apoia em um discurso segundo o qual, espera-se que todo trabalho realizado por homem seja um trabalho bem feito: “*Isso é serviço de homem, de mestre de obra?*”. Retorna, assim, a reproduzir o discurso culturalmente elaborado e aceito socialmente.

Esse recorte abre possibilidades de debates que congreguem igual valor ao trabalho e aos papéis de mulheres e de homens na esfera privada e na esfera pública. Requer

debates que reflitam, sobretudo, sobre a necessidade de uma nova cultura nas relações e no compartilhamento das atividades domésticas entre ambos, permitindo um mínimo de igualdade nas oportunidades laborais. Uma pesquisa que teve como foco a carreira de juízes e juízas no estado de São Paulo, mostrou que a ascensão profissional privilegia os homens, na medida em “que família, casamento, cuidados e responsabilidades com os filhos restringem preferencialmente as atividades profissionais e a carreira das mulheres” pela dificuldade de deslocamento e mobilidade espacial no estado^(14;293). Esses dados retratam uma realidade aceita como natural, mas que precisa ser superada como forma de aproximação aos pressupostos dos ODM.

No campo da análise do discurso, o enunciado de Maria do Prumo mostra a dinâmica do discurso como a “palavra em movimento”^(9;16). Evidencia que a linguagem muitas vezes denuncia aquilo que se pensa e se faz, misturando o já dito com o novo, ou com aquilo que se deseja incorporar como discurso novo. Vem ao encontro da compreensão de que os processos parafrásticos e os processos polissêmicos⁽⁹⁾ não podem ser abordados de forma independente ou isoladamente, uma vez que não existem limites precisos nem fechados entre um e outro. É no movimento de tensão e força entre um e outro que se estabelece o funcionamento da linguagem. Assim, entre paráfrase e polissemia vai existir o conflito entre o já posto, concebido como inviolável, e o que poderá vir a ser diferente. É nesse jogo que se estabelece todo e qualquer discurso⁽⁹⁾, sendo, portanto uma expressão das relações dos seres humanos com o mundo.

Nesse sentido, um discurso novo a ser considerado está em combater qualquer tipo de discriminação contra as mulheres e em estimular seu potencial de participação e de protagonismo no mundo. Pode-se considerar que o trabalho remunerado contribui para o alcance dessa condição de protagonismo e de superação de situações de dependência. É o caso da pesquisa sobre o impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiadas, cujos resultados evidenciaram que renda ou recurso financeiro para o sustento próprio tem o poder de libertar as mulheres de relações que as oprimem, estimulando sua autonomia e protagonismo⁽¹⁵⁾.

De forma similar, resultados de uma pesquisa realizada em vários países, dentre eles Egito, Gana, Bangladesh e Brasil, evidenciam que o trabalho remunerado, como instrumento para transformar a vida de meninas e mulheres, tem o potencial de equilibrar desigualdades de gênero. A investigação relaciona, ainda, o processo empoderador com as capacidades de as mulheres se fazerem ouvir como forma de influenciarem nos espaços que possibilitam mu-

danças necessárias⁽¹⁶⁾. As autoras atentam, no entanto, que o empoderamento econômico não pode ser olhado como uma simples mercadoria a ser repassada; sendo necessário focar em relações estruturais passíveis de serem transformadas pela ação coletiva e pela conscientização que pode ser desenvolvida no ativismo feminista. Assim, colocar as mulheres no mercado como forma de promover o encontro entre o poder e o dinheiro, não tem potencial para promover transformações⁽¹⁷⁾, sendo fundamental o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade a respeito dos determinantes culturais que posicionam as mulheres em patamares inferiores.

Isso vem ao encontro de feministas, quando alertam que o empoderamento de mulheres implica na mudança radical de estruturas e de processos que reproduzem sua posição subalterna na sociedade⁽¹⁸⁾. Essa perspectiva de entender o empoderamento está alinhada à ideia de empoderamento comunitário⁽¹⁹⁾. Esse tipo de empoderamento envolve “fatores situados em distintas esferas da vida social”^(20:1090), incluindo os planos individual e coletivo, o que permite entender sobre a importância do protagonismo dos sujeitos no processo, tornando-se imperativo mobilizar forças que conduza a desconstruções culturais de concepções, espaços e perspectivas que reduzem as mulheres à sua natureza biológica, submetendo-as a regras sociais injustas. É necessário, com isso, o protagonismo das mulheres e de toda a sociedade. Maria do Prumo está, assim, se fortalecendo por meio do poder obtido com seu trabalho remunerado e a coloca em movimento no controle de sua vida. É seu jeito de se agregar a movimentos que desejam outras liberdades para as mulheres como os movimentos feministas, cujos discursos, de algum modo se refletem no cotidiano das trabalhadoras da construção civil, na medida em que, de alguma forma, participam de um processo de desconstrução de um modelo de divisão sexual do trabalho.

Há que se considerar algumas facilidades que Maria do Prumo carrega, que a livra do peso de muitos preconceitos. Ela é branca, tem boa aparência e teve “o pai que ensinava que tinha que enfrentar o mundo”. Além disso tinha permissão e era estimulada a brincar com meninos. Fatores que podem ter influenciado no preparo de Maria do Prumo para enfrentar o poder instituído. A história de Maria do Prumo, desde criança, é permeada por atitudes questionadoras ante sua condição de menina. Vem desse tempo sua coragem, estimulada pelo pai, quando dizia: “Filha, não deixa as pessoas pisarem em ti”. Ao enfrentar, com segurança e coragem os homens da obra, utilizando palavras fortes e objetivas, comportamento incomum no discurso que normaliza esse quesito na vida das mulheres, ela traz a sua história para o canteiro de obra.

Disso se pode deduzir o quanto é complexa a rede que sustenta, fortalece e reproduz os padrões de desigualdades de gênero e o quanto pode se tornar difícil e longa a caminhada em busca desse horizonte. O atravessamento de múltiplas dimensões e marcadores de diferenças como cor, idade, classe social dentre outros, se coloca, como verdadeiro desafio às sociedades em busca do desenvolvimento, entendendo-se desenvolvimento como menos pobreza, mais oportunidade para todos os seres humanos, participação econômica e política dos sujeitos, acesso à educação, à saúde, ao trabalho e, sobretudo, menor desigualdade de gênero ⁽⁴⁻¹³⁾.

A narrativa de Maria do Prumo mostra que o acesso ao trabalho por si só, não assegura a conquista da igualdade de gênero, sendo necessário desconstruir velhas imagens que dão sentido menor ao trabalho realizado por mulheres. Nesse sentido, as políticas públicas de gênero contribuem sensibilizando para transformações no campo cultural mediante a compreensão de que a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres constitui uma condição básica para o alcance da justiça, da cidadania e do desenvolvimento. A mudança necessária dessa realidade é lenta e longa, exigindo, dentre outros elementos, o desenvolvimento de uma consciência crítica das mulheres e das pessoas em geral acerca da importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento das sociedades.

■ CONCLUSÕES

A análise no âmbito de processos parafrásticos e de processos polissêmicos abriu caminho para conhecer os deslocamentos e as permanências que acompanham a caminhada da participante nas relações de gênero que se apresentam no espaço laboral. No nível dos deslocamentos, a história apresentada mostra uma relação laboral impregnada de posturas de resistência, com enfrentamentos importantes a um poder de ordem masculina, o que permite pensar em possibilidades de rupturas futuras no âmbito das desigualdades de gênero, mesmo que no longo prazo. No lado das permanências, o estudo aponta para as marcas da discriminação, do preconceito e da desigualdade, sinalizando para contextos que precisam ser permanentemente questionados como forma de superação.

Fica evidente que a conquista de espaços no trabalho remunerado não basta para o alcance do equilíbrio nas relações de gênero. Da mesma forma, as políticas públicas em gênero contribuem sensibilizando para transformações necessárias no campo cultural, área que deve sofrer deslocamentos na medida em que as mulheres e a sociedade em geral entenderem a igualdade de direitos e oportu-

nidades entre homens e mulheres como uma condição básica para o alcance da justiça, da cidadania e do desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário crer e investir em iniciativas que congreguem o empoderamento coletivo nas políticas de desenvolvimento para mulheres e para a sociedade em geral. É preciso, ainda, congregando esse empoderamento comunitário ao empoderamento individual ou psicológico de forma a mexer com estruturas sedimentadas, cujos discursos definem e mantêm as mulheres restritas a alguns espaços, com vistas à superação de possíveis desequilíbrios no campo das desigualdades de gênero, indo ao encontro das recomendações atuais das políticas públicas no país e ao encontro dos ODM.

Os nexos deste estudo com a enfermagem se dão na medida em que é reforçada a ideia da necessidade de envolvimento para além do biológico que é afirmado e reproduzido no modelo rígido e cartesiano do pensar e fazer acadêmico. É preciso olhar o mundo do trabalho da enfermagem de forma a congregando conhecimentos de outras áreas que permitam compreender o cuidado como um construto dinâmico, posto que se deve considerar o viver cotidiano de cada sujeito, o qual está em constante elaboração ante as diversidades e adversidades que interagem, interferindo muitas vezes na conquista da dignidade humana.

Na medida em que se aponta como uma possível limitação do estudo o foco na história de uma única mulher, ressalta-se que essa opção permitiu analisar mais detalhadamente as relações que se estabelecem entre trabalhadoras e trabalhadores no canteiro de obras. Da mesma forma, acredita-se que o referencial teórico metodológico apoiado na análise do discurso permite e se adequa a esse tipo de estudo.

■ REFERÊNCIAS

1. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (BR) [Internet]. Brasília; c2009-2015 [citado 2015 maio 15]. Principais documentos internacionais para a promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero [aprox. 9 telas]. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>.
2. ODM Brasil [Internet]. Brasília: Presidência da República; c2009-15 [citado 2015 jun 10]. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br>.
3. Scott J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educ. Real. 1995 jul/dez;20(2):71-99.
4. Banco Mundial (US). Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: igualdade de gênero e desenvolvimento. Washington, DC; 2012.
5. Bruschini MCA. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cad Pesqui. 2007 set/dez;37(132):537-72.
6. Presidência da República (BR), Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: 2013-2015. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2013.

7. Landerdahl MC. Mulheres na construção civil: entre deslocamentos e permanências [tese]. São Paulo (SP): Universidade Federal de São Paulo, 2014.
8. Meihy JCS, Holanda F. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto; 2011.
9. Orlandi EP. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes Editores; 2005.
10. Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 1996 out;16;134(201 Seção 1):21082-5.
11. Macedo FMF, Boava DLT, Cappelle MCA, Oliveira LMS. Subjetividade na mineração: um estudo a partir da fenomenologia social. RAC. 2012 mar/abr;16(2):217-36.
12. Rodriguez G. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. Rev Observatório Igualdade Gênero. 2010 jul;(esp):31-40.
13. Hirata H, Kergoat D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cad Pesqui. 2007 set/dez;37(132):595-609.
14. Marques Jr G. Espaço, profissão e gênero: mobilidade e carreira entre juízes e juízas no Estado de São Paulo. Cad Pagu [Internet]. 2014 jul/dez [citado 2015 out 25];(43):265-97. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200265&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
15. Rego WDL, Pinzani A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.
16. Kabber N. Contextualizando as trilhas econômicas do empoderamento de mulheres: resultados de um programa de pesquisa em diferentes países. Rev Feminismos [Internet]. 2013 maio/ago [citado 2015 maio 13];1(2):28 p. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/51/58>.
17. Cornwall A. Apresentação: trilhas do empoderamento de mulheres. Rev Feminismos. 2013 maio/ago;1(2):8 p.
18. Deer CD, León M. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2002.
19. Acuña González IM, Guevara Rivas H, Flores Sequera M. El empoderamiento como estrategia de salud para las comunidades. Rev Cubana Salud Pública. 2014 [citado 2015 out 25];40(3):353-61. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/rcsp/v40n3/spu05314.pdf>
20. Carvalho SR. Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de promoção à saúde. Cad Saúde Pública. 2004 jul/ago;20(4):1088-95.

■ **Endereço do autor:**

Maria Celeste Landerdahl
Rua Apel 800/111, Nossa Senhora de Fátima
97015-030 Santa Maria – RS
E-mail: mclanderdahl@gmail.com

Recebido: 30.06.2015

Aprovado: 24.11.2015